



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

THIAGO SOBRAL DE MACÊDO

**ANÁLISE DOS COMPONENTES CURRICULARES DA GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA
EDUCAÇÃO FÍSICA

THIAGO SOBRAL DE MACÊDO

**ANÁLISE DOS COMPONENTES CURRICULARES DA GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Fernandes Melo de Oliveira

Coorientador: Prof. MSc. José Igor Vasconcelos de Oliveira

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Macêdo, Thiago Sobral de.

Análise dos componentes curriculares da graduação em educação física acerca da pessoa com deficiência no estado de Pernambuco / Thiago Sobral de Macêdo. - Vitória de Santo Antão, 2023.

34 p. : il.

Orientador(a): Saulo Fernandes Melo de Oliveira

Coorientador(a): José Igor Vasconcelos de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Educação Física - Licenciatura, 2023.

1. Formação acadêmica. 2. Educação inclusiva. 3. Atividade motora adaptada. I. Oliveira, Saulo Fernandes Melo de. (Orientação). II. Oliveira, José Igor Vasconcelos de. (Coorientação). IV. Título.

370 CDD (22.ed.)

THIAGO SOBRAL DE MACÊDO

**ANÁLISE DOS COMPONENTES CURRICULARES DA GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 25/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Saulo de Oliveira
(Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Lara Helegda
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Thaynara Machado
(Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O presente estudo discorre a discussão em relação a questão da Educação Física para pessoas com deficiência (PcD) nos componentes curriculares de graduação em educação física no estado de Pernambuco. Buscou-se selecionar o Projeto Pedagógico Curricular dos cursos de Educação Física oferecidos em instituições de ensino superior no estado de Pernambuco e analisar as informações acerca da PcD. Com características de uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo documental, esse trabalho buscou através do site Ministério da Educação, encontrar instituições de ensino superior, que possuíam cursos de licenciatura em Educação Física. Logo após, foi iniciada a procura dos documentos Projeto Pedagógico de Curso nos sites de cada faculdade, e por fim uma análise documental foi feita, buscando nas ementas as palavras inclusão, formação e deficiência. Observou-se que diversos currículos possuíam em suas descrições as palavras alvo dessa pesquisa, e que estavam presentes em todos os elementos que guiam o plano de ensino da disciplina. Também observou-se a semelhança no trato do conteúdo entre todos cursos. Podemos concluir que embora as palavras chaves relacionadas a inclusão das PcD nos diferentes cursos de educação física pesquisados, fica evidente que o tema da inclusão PcD não se faz de forma sistemática em todos os componentes curriculares trazendo um vácuo para a formação do futuro professor de educação física.

Palavras-chave: formação acadêmica; educação inclusiva; atividade motora adaptada.

ABSTRACT

The present study discusses the issue of Physical Education for people with disabilities (PwD) in the curricular components of undergraduate physical education in Pernambuco. We sought to select the Curricular Pedagogical Project for Physical Education courses offered in higher education institutions in Pernambuco and analyze the information about PwD. With characteristics of qualitative research of a documentary type, this work searched through the Ministry of Education website, a search was initiated to find higher education institutions, which had degree courses in Physical Education. Soon after, a search for the Pedagogical Course Project documents began on the websites of each college, and finally a documentary analysis was carried out, searching the menus for the words inclusion, training, and disability. It was observed that several curricula had the target words of this research in their descriptions and that they were present in all elements that guide the teaching plan of the subject. The similarity in the treatment of content between all courses was also observed. We can conclude that although the keywords related to the inclusion of PwD in the different physical education courses are researched, it is evident that the theme of PwD inclusion is not done systematically in all curricular components, creating a vacuum for the formation of future physical education teachers.

Keywords: academic education; inclusive education; adapted motor activity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 Inclusão da Pessoa com Deficiência na Educação Física	10
2.2 Curricularização do Curso de Educação Física	11
3 OBJETIVOS	14
3.1 Objetivo Geral	14
3.2 Objetivos Específicos	14
4 METODOLOGIA	15
4.1 Desenho do estudo	15
4.2 Primeira fase - Pesquisa e-MEC	15
4.3 Segunda fase - Pesquisa no Google	15
4.4 Terceira fase - Abordagem via e-mail	16
4.5 Quarta fase - Análise documental	16
5 RESULTADOS e DISCUSSÃO	18
6 CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo na sua vida com características de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (Lei nº 13.146/2015), os quais, em interação com diversas barreiras, podem inibir sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência enfatiza a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas e que a inclusão de pessoas com deficiência é um direito humano fundamental e indiscutível (Madruga, 2021; Diniz, Barbara; Santos, 2009).

A inclusão é um dos princípios fundamentais da educação contemporânea, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994), as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais e estratégias de ensino. Dito isso, é notório que a Educação Física desempenha um papel importante na promoção da inclusão, oferecendo às pessoas com deficiência a oportunidade de participar plenamente das atividades físicas e esportivas, bem como de desenvolver habilidades motoras, cognitivas e sociais (Breitenbach, 2016).

Pernambuco, como parte integrante do cenário educacional brasileiro, não está alheio a esses desafios. À medida que a sociedade reconhece a importância da inclusão de pessoas com deficiência em todas as esferas da vida, é imperativo que as instituições de ensino superior (IES), especialmente os cursos de graduação em Educação Física, estejam alinhadas com essa demanda social. A formação de profissionais preparados para atender às necessidades de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física é essencial, tal afirmação está alinhada com os princípios da Declaração de Salamanca e com os esforços contínuos para promover a inclusão de pessoas com deficiência em todas as áreas da educação e da sociedade (Leite, 2016; Omote, 2003).

Este trabalho se propõe a analisar os componentes curriculares da graduação em educação física acerca da pessoa com deficiência no estado de Pernambuco. Para tal, esse estudo busca analisar como a inclusão está sendo abordada nesses currículos, identificando as lacunas na formação dos futuros profissionais da área que precisam adquirir competências em adaptação de atividades físicas e esportivas

para atender às pessoas com deficiência, envolvendo não apenas conhecimento teórico, mas também experiência prática para diferentes tipos de deficiência.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Inclusão da Pessoa com Deficiência na Educação Física

A definição de deficiência no contexto brasileiro é amplamente embasada na legislação vigente, notadamente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Segundo essa lei, a deficiência é conceituada como "uma restrição de longo prazo da participação social, decorrente de impedimentos, que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a plena e efetiva participação da pessoa na sociedade em igualdade de condições com as demais." Essa definição ressalta a importância de considerar não apenas a limitação física, intelectual ou sensorial da pessoa, mas também as barreiras sociais, culturais e ambientais que podem agravar a sua exclusão.

No cotidiano das pessoas com deficiência (PcD), diversos problemas surgem ao se deslocar nas cidades, as calçadas, orelhões e prédios, ambientes - que não estão preparados para acesso de pessoas com dificuldade de locomoção, baixa visão ou cegueira a esses locais. No ano 2000 foi aprovada a lei de acessibilidade de Nº 10.098, que tem como objetivo estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida em espaços e transportes públicos.

Como pode ser compreendido no trabalho de Andrade e De Almeida (2019) as pessoas com deficiência enfrentam limitações tanto físicas como ambientais (falta de acessibilidade), além do estigma da sociedade, que dificulta o processo de inclusão, integração e participação no convívio social. A inclusão das PcD na sociedade, possibilita a autonomia e o sentimento de pertencimento ao âmbito social. Por isso grande parte da responsabilidade de incluir essas pessoas, passa pela educação, começando na educação básica até o ensino superior, seja em instituições públicas ou privadas.

A inclusão escolar demarca a necessidade de o aluno ser considerado e valorizado em suas diferenças (Amaro, 2006). Para que essas pessoas sejam incluídas com êxito nesse ambiente, os profissionais da educação, ao trabalharem com alunos com deficiência, precisam fazer adaptações pedagógicas que permitam que eles permaneçam nas escolas e participem da construção dos conhecimentos, assim como os demais alunos (Freitas; Santos; Franco, 2018).

A inclusão da pessoa com deficiência na Educação Física é um imperativo social e educacional, pois as vivências das aulas não apenas desenvolvem habilidades motoras, mas também promove a interação social, a autoestima e a inclusão. Porém, por vezes os conteúdos aplicados de forma tradicional não se encaixam nas necessidades dos alunos com deficiência, e cabe aos professores adaptarem as aulas às demandas dos alunos. Adaptações Curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais (PROJETO..., 2000. p. 8).

2.2 Curricularização do Curso de Educação Física

Compreendendo a importância da educação em todos os níveis e modalidades de ensino para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, ressaltamos a capacitação dos professores de educação física como um fator extremamente relevante, bem como o programa educacional como direcionador fundamental da prática pedagógica, conforme destaca, Macedo (2010) o currículo como um elemento de mediação da formação no qual são selecionados tempos, espaços, dinâmicas, conhecimentos e valores que vão orientar uma dada formação, em uma determinada perspectiva.

Seguindo por esse panorama, conforme o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Extensão da educação superior no Brasil é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa. E ainda, a extensão constitui-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7/2018).

Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física são regulamentadas pela Resolução nº 6, DE 18 de dezembro de 2018, tratando da organização, desenvolvimento e avaliação dos cursos, estabelecendo ainda, as suas finalidades, os princípios, os fundamentos e a dinâmica formativa, mas somente em seu § 2º do Art.5 fala que: a formação para

intervenção profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura.

Pensar na formação de professores, sobretudo professores de Educação Física, com uma orientação inclusiva, exige que o tema não seja abordado apenas pela necessidade de incluir, na formação inicial desse professor, um componente curricular específico, mas uma formação que tenha, na formação e na atuação docente, a inclusão como princípio educativo, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e a democratização das oportunidades de aprendizado e sucesso escolar a todos (Bueno, 1999, p. 12).

No panorama da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, determina que as instituições de ensino superior devem incorporar em sua estrutura curricular a formação docente voltada para a atenção à diversidade, incluindo o desenvolvimento de conhecimentos relacionados às particularidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme salientam Falkenbach et al. (2008, p.4):

Os professores de educação física percebem fragilidades em sua formação inicial e continuada. É fato constatar que os projetos pedagógicos dos cursos de formação dos professores de educação física apresentam pouco conteúdo quando o tema é inclusão na rede escolar de ensino. É comum perceber que o currículo de formação apresenta, com frequência, uma disciplina que vai tratar deste tema. Assim o futuro professor de educação física é pouco confrontado com estudos nessa linha.

A inclusão escolar implica em (re)significar o papel do professor, o que demanda tanto a adequação dos currículos dos cursos de formação inicial, quanto a atualização dos cursos de aperfeiçoamento, de modo que os professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças (Mantoan, 2003).

De acordo com Goffredo (2004), a formação dos professores para a educação inclusiva implica em buscar meios educativos que promovam o desenvolvimento dos alunos, estabelecendo uma conexão entre a educação e o envolvimento dos estudantes. Isso deve ser feito considerando as “possibilidades e necessidades básicas de aprendizagem dos alunos, com um foco especial na construção de sua autonomia”. Em outras palavras, o professor deve adotar abordagens pedagógicas que levem em conta as capacidades individuais dos alunos, adaptando o ensino para atender às suas necessidades específicas e de modo a capacitá-los. Esse é um princípio fundamental da educação inclusiva, que busca garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

Por outro lado, Muster e Aversan (2011) destacam que, apesar de a inclusão ser debatida e estar incorporada nos programas acadêmicos das instituições de ensino superior públicas no Brasil, os programas de educação física, embora ofereçam a disciplina "Educação Física Adaptada", ainda revelam-se inadequados para assegurar um desempenho profissional satisfatório por parte do professor de educação física no que diz respeito à inclusão escolar de estudantes com deficiência em ambientes regulares de ensino.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Selecionar o Projeto Pedagógico Curricular dos cursos de Educação Física oferecidos em instituições de ensino superior no estado de Pernambuco e analisar as informações acerca da pessoa com deficiência.

3.2 Objetivos Específicos

- Verificar a disponibilidade do Projeto Pedagógico Curricular dos cursos de Educação Física do estado de Pernambuco por meio de uma busca pública;
- Examinar o Projeto Pedagógico Curricular de cada Universidade com base nas informações a respeito do trabalho educacional sobre a pessoa com deficiência.

4 METODOLOGIA

4.1 Desenho do estudo

Trata-se de um estudo composto por 4 fases. Na fase 1 houve um levantamento do número de cursos de graduação em licenciatura em educação física no estado de Pernambuco; na fase 2 aconteceu a seleção de acordo com a disponibilidade dos sites institucionais e dos documentos requeridos; na fase 3 ocorreu uma abordagem via e-mails institucionais encontrados nos sites das próprias IES; já na fase 4 analisou-se os currículos dos cursos de graduação em licenciatura em educação física selecionados e identificação das disciplinas relacionadas com Educação física para pessoas com deficiência. Destaca-se que esse estudo foi dispensado de análise pelo Comitê de Ética da Universidade por não envolver procedimentos experimentais com humanos e os dados terem sido obtidos em banco de dados de domínio público.

4.2 Primeira fase - Pesquisa e-MEC

Para a primeira fase deste trabalho, foi necessário pesquisar quantos cursos de educação física existiam em Pernambuco, para tal, foi definida como fonte de dados o site do Ministério da Educação, disponibilizado no site e-MEC (<https://emec.mec.gov.br/>), acessado em junho de 2022. O sistema do MEC monitora, regulamenta e fiscaliza o ensino superior no Brasil. Para a abertura e manutenção das IES e seus cursos de graduação, dessa forma o e-MEC possui uma lista atualizada, e com possibilidade de busca com diferentes critérios. Para esse estudo foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: Apenas cursos de graduação localizados no estado de Pernambuco; somente na modalidade presencial e cursos de licenciatura em Educação Física em vigência.

4.3 Segunda fase - Pesquisa no Google

Nessa fase do estudo, após a pesquisa que relaciona todos os cursos, foi realizada através do google, uma busca dos sites oficiais das instituições

encontradas anteriormente. Para este momento, foram utilizados os seguintes critérios: os sites das instituições precisariam ser encontrados na ferramenta de busca Google; as instituições precisariam apresentar no site oficial, documentos de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) ou documentos que contenham as ementas relacionadas a cada componente curricular. Os critérios de exclusão utilizados foram: Instituições que não possuíam sites ou estes não foram encontrados; foram excluídos IES que não possuíam o documento PPC ou correspondentes.

4.4 Terceira fase - Abordagem via e-mail

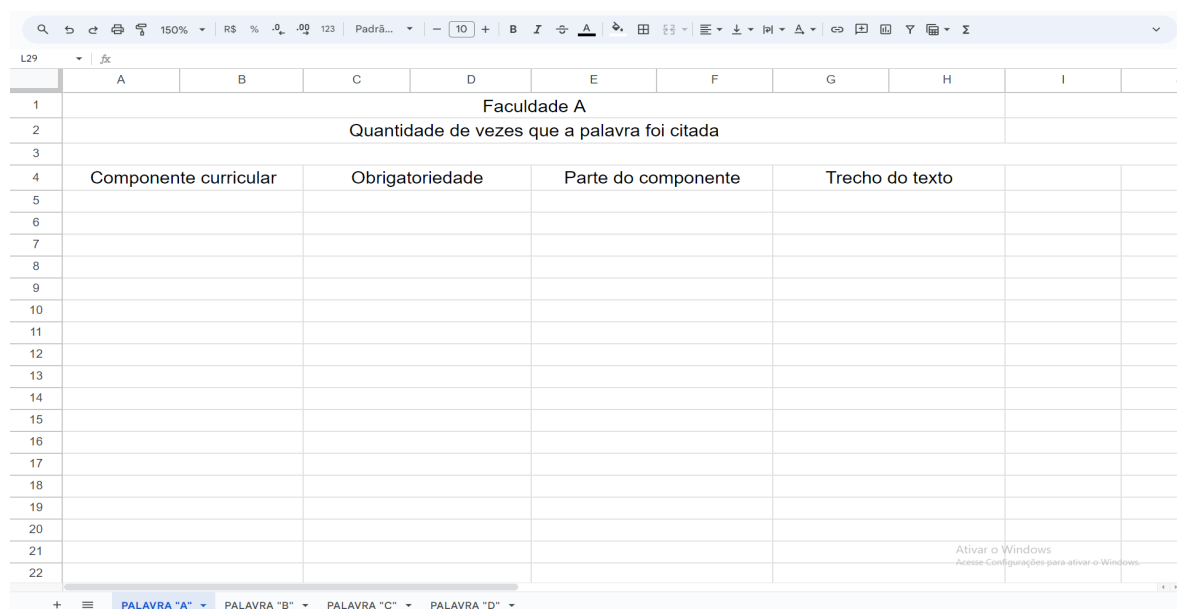
Nessa fase do trabalho foi realizado contato com as coordenações dos cursos que na fase anterior, foi encontrado apenas documentos de planilha com a grade de horários. Para tal, foi encaminhado um e-mail formal referindo a intenção do contato, com o tema “A Educação física para pessoas com deficiência” ou similares, nos componentes curriculares dos cursos de licenciatura em educação física expondo o nome do autor do trabalho, orientador e co-orientador, além dos currículos Lattes. Ainda no corpo do e-mail, foram solicitados os documentos PPC ou similares, para que estes fossem analisados na quarta fase deste trabalho. Foi estabelecido um prazo de 15 dias para que as coordenações dos cursos respondessem o e-mail, e as que não deram resposta em tempo hábil, foram excluídas do trabalho.

4.5 Quarta fase - Análise documental

Durante essa fase do trabalho, foram definidas palavras-chaves que serviram de norte para a análise do conteúdo dos documentos “Projeto Pedagógico Curricular (PPC)”, elas foram selecionadas com base no tema deste trabalho, e para que assim pudessem ser extraídas as informações com maior fidelidade à realidade. As palavras escolhidas foram: Inclusão, formação, deficiência ou deficiente, sabendo que esse último termo está obsoleto e não é mais correto usar. Com as palavras definidas, foi utilizado uma ferramenta do Windows (Ctrl+F) como atalho que encontra rapidamente uma palavra dentro dos PPCs. Feito isso, o próximo passo foi filtrar as palavras que estavam no contexto errôneo, excluindo-as da pesquisa, e as palavras que estavam com contexto correto seguiram para a elaboração da análise

documental de acordo com estudos com delineamento metodológico semelhante (Martins, 2019; Andrade; Almeida, 2012). Dessa forma, destaca-se que para a análise de conteúdo o autor desse estudo seguiu os seguintes passos para análise dos documentos encontrados: a) tratamento dos dados (i.e., informações que qualifiquem e quantifiquem o fenômeno) e b) análise e interpretação do fenômeno por meio do conteúdo previamente encontrado (i.e., compreensão de sentidos das unidades de registro visando a categorização dos achados (Souza Júnior, 2010). Por fim, após o processo de interpretação da conjuntura textual, parte dos elementos dos PPCs que faziam alusão às palavras-chave foram retirados para compor planilhas de excel, conforme figura 1.

Figura 1 - Caracterização da descrição de interpretação dos dados.



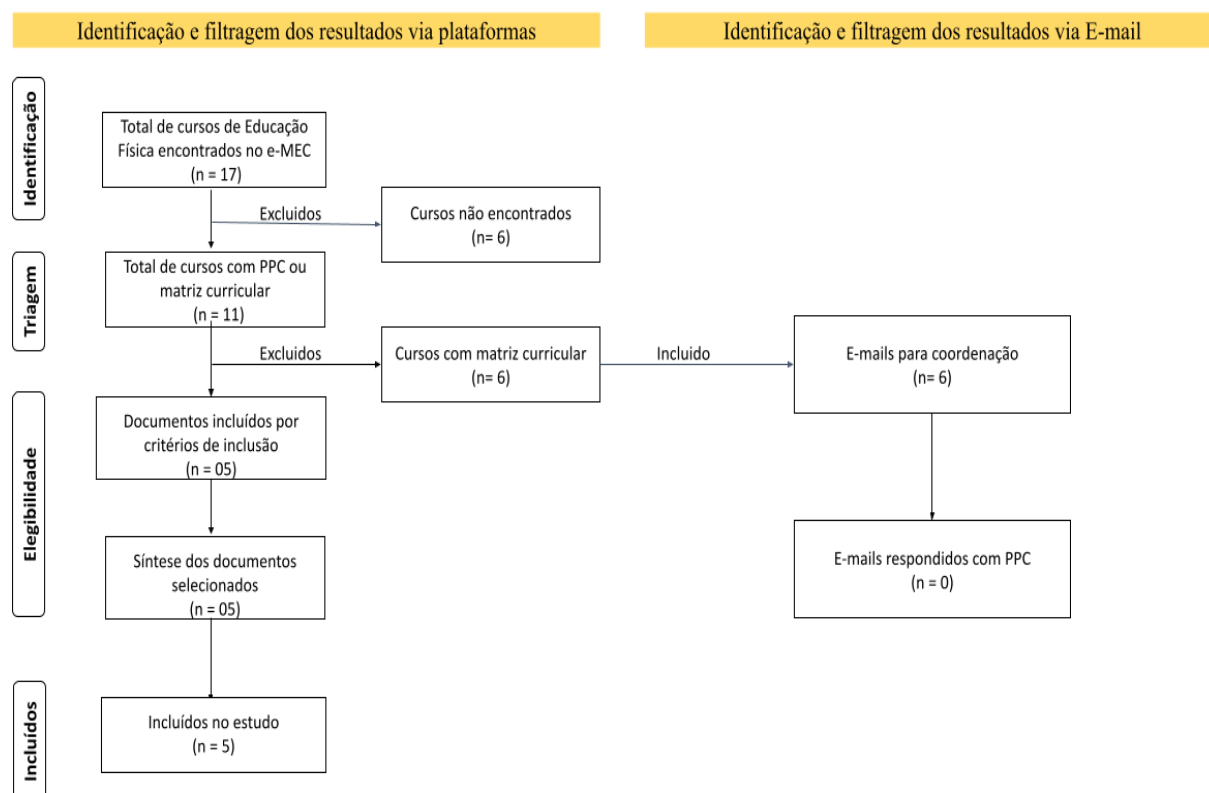
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Faculdade A									
2	Quantidade de vezes que a palavra foi citada									
3										
4	Componente curricular		Obrigatoriedade		Parte do componente		Trecho do texto			
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										
20										
21										
22										

Fonte: O autor (2023).

5 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Aqui iniciaremos os comentários acerca dos dados encontrados nas etapas da metodologia. Utilizando o site do E-mec para selecionar as faculdades, obtivemos 17 cursos de licenciatura em Educação Física no estado de Pernambuco, a partir disso foi iniciada uma pesquisa através do google, buscando os sites oficiais das instituições encontradas na fase 1, onde foram excluídos na primeira etapa 6 cursos, pois não foi possível encontrar os sites das faculdades ou não existia nenhum documento que fizesse referência ao curso de educação física, restando assim 11 cursos elegíveis. Dentre os 11, apenas 5 possuem o documento PPC (alvo da pesquisa) e os outros 6 matrizes curricular, sendo estes últimos incluídos para uma nova fase da pesquisa, na qual foi elaborado um E-mail já mencionado na etapa 3 da metodologia, ao final dos 15 dias de espera, nenhuma das coordenações deram um retorno positivo contendo a documentação solicitada. A figura 2 sumariza todo o processo de coleta de informação do estudo.

Figura 2 - Caracterização da descrição das fases da metodologia.



Fonte: O autor (2023).

Após ter selecionado todos os cursos através dos documentos, obtivemos os resultados de 6 cursos de educação física, distribuídos em cinco (05) instituições superiores, distribuídas por diversas regiões do estado de Pernambuco. Por questões relacionadas à ética, esse estudo manterá os nomes das universidades em sigilo, por isso denominando-as de: Universidade A, Universidade B - Sede e campus, Universidade C e D. Com a utilização dessas designações as Instituições se manterão em anonimato. Os dados referentes ao nome, sub-região, duração do curso e o total de carga horária foram dispostos no quadro abaixo de número 1.

Quadro 1 - Descrição dos nomes das instituições, a região, duração do curso em anos e períodos e a quantidade total de horas do curso.

Instituição	Sub-Região	Duração	Horas totais
Universidade A	Sertão	4 anos/ 8 períodos	3.984 h
Universidade B sede	Litoral	4 anos/ 8 períodos	2.970 h
Universidade B campus	Zona da mata	4 anos/ 8 períodos	3.180 h
Universidade C	Litoral	4 anos/ 8 períodos	3.015 h
Universidade D	Litoral	4 anos/ 8 períodos	3.420 h

Fonte: O autor (2023).

O Projeto Pedagógico de Curso da Universidade A foi encontrado por meio eletrônico no site da instituição após uma breve busca, da mesma forma ocorreu com a universidade B sede e campus e a universidade C. No entanto, ao selecionar o PPC da universidade D, você é redirecionado para o site da faculdade a qual o curso pertence, e com isso conseguir visualizar o documento.

A Universidade A possui um currículo com carga total de 3.984 horas que se destribe em disciplinas obrigatórias: 2.772 horas; Dos componentes optativos: 198 horas; Atividades Complementares: 240 horas, neste sentido, os estudantes do curso possuem em média, um total de 44 disciplinas no decorrer da graduação, sendo 41 disciplinas obrigatórias, e 03 optativas oferecidas em 07 (sete) semestres.

As buscas dentro dos currículos resultaram em 3 (três) disciplinas relacionadas às palavras inclusão, deficiência e deficiente, de acordo com o quadro 2. A língua brasileira de sinais (Libras) é usada dentro da sala de aula, e tem como função de comunicação entre o professor e os alunos, para que todos se entendam durante o processo de aprendizagem. Nesse contexto, a disciplina Libras vai ensinar o básico da comunicação por sinais ao discente durante sua graduação, para a inclusão das PcD. Diferente da língua de sinais, que trata apenas da deficiência auditiva, os componentes “educação física adaptada” e “tópicos em educação inclusiva” se propõe a estudar as diversas categorias de deficiência e suas especificidades tendo em vista as ações pedagógicas que o professor usará durante as aulas de educação física. Além desse ponto, a terceira disciplina também propõe discutir a história das pessoas com deficiência, legislação e as políticas públicas e não públicas para a educação especial.

Quadro 2 - Descrição dos componentes curriculares, a obrigatoriedade, elemento do currículo e carga horária da Universidade A.

Componente curricular	Obrigatoriedade	Local	Palavra-chave	CH
Educação física adaptada	Sim	Ementa e bibliografia complementar	Inclusão, deficiente e deficiência	60h
Libras	Sim	Ementa	Inclusão	60h
Tópicos em educação inclusiva	Sim	Ementa, bibliografia básica e complementar	Inclusão e deficiência	60h

Fonte: O autor (2023).

A universidade B sede conta com um total de 52 disciplinas durante a trajetória acadêmica sendo 44 de cunho obrigatório, e 08 optativas ofertadas no período de 08 (oito) semestres, o equivale a uma carga horária total de 2.970 horas, distribuídas da seguinte maneira: Carga horária obrigatória: 2.700 horas; Dos componentes optativos: 120 horas; Atividades Complementares: 210 horas. Para a Universidade B Sede, foram obtidas 6 disciplinas de acordo com o quadro 3 que possuem as palavras guia em seu texto, Libras é planejada seguindo os assuntos de

história da inclusão das pessoas com deficiência auditiva na sociedade e no ambiente escolar, a utilização em sala de aula como primeira e segunda língua além disso, o uso da interpretação como ferramenta de inclusão da pessoa com deficiência. A disciplina Políticas educacionais tem como objetivo estudar com criticidade o sistema brasileiro de educação e a sua conjuntura histórico-política, buscando a diversificação de olhares para a formação completa do professor. A formação do indivíduo e dele como professor, atitudes saudáveis como conteúdo na escola e promoção de saúde na escola, são os temas trazidos pelo componente Atividade física e promoção da saúde na escola. O elemento Educação Física adaptada, traz na sua temática, a educação física e o esporte adaptado para pessoas com deficiência no contexto escolar, as deficiências e características, para assim elaborar e aplicar programas de educação física. Seminário interdisciplinar - esportes de aventura e na natureza trabalha na sua ementa, o esporte na natureza no cenário nacional e internacional, diferencia o esporte de radical dos de aventura, e discute em seu conteúdo a adaptação dos esportes de aventura para a pessoa “portadora” de deficiência.

Quadro 3 - Descrição dos componentes curriculares, a obrigatoriedade, elemento do currículo e carga horária da Universidade B Sede.

Componente curricular	Obrigatoriedade	Local	Palavra-chave	CH
Fundamentos da língua brasileira de sinais- LIBRAS	Sim	Ementa	Inclusão	60h
Políticas educacionais- organização e funcionamento da escola básica	Sim	Ementa	Formação	60h
Atividade física e promoção da saúde na escola	Sim	Ementa	Formação	45h
Educação física adaptada	Sim	Ementa	Deficiência	45h
Seminário interdisciplinar -	Não	Ementa	Deficiência	45h

esportes de aventura e na natureza				
------------------------------------	--	--	--	--

Fonte: O autor (2023).

A universidade B Campus, prevê o total de 49 disciplinas durante a trajetória acadêmica sendo 44 de cunho obrigatório, e 05 optativas ofertadas em 08 (oito) semestres. A carga horária total é de 3.180 horas, distribuídas da seguinte maneira: Carga horária obrigatória: 2.730 horas; Dos componentes optativos: 210 horas; Atividades Complementares: 240 horas. Metodologia do ensino da Educação Física I e II trazem como parte do seu conteúdo a didática e metodologia ensino da dança, ginástica, esportes coletivos e individuais e lutas, para o ensino básico, além de trabalharem a inclusão da pessoa com deficiência, questões sobre gênero e sexualidade e questões etnico-raciais. A disciplina de Políticas Educacionais promete tratar o contexto das políticas que regem a educação referente ao atual cenário do estado brasileiro, a constituição, legislação, os planos e reformas na educação, os projetos neoliberais que nortearam as reformas na educação a partir de 1990, políticas relacionadas a educação infantil, fundamental, médio, educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional, diversidade e inclusão educacional, e também gestão e financiamento educacional. A disciplina estudos práticos 1 (atletismo e ginástica) trata de diversas questões relacionadas a esses esportes, como as capacidades físicas, técnicas e táticas. Para além das questões do esporte, o conteúdo também se propõe a abranger sobre atividade física, corpo e singularidade (questões étnico-raciais, gênero, sexualidade, pessoas com deficiência). Estudar diferentes correntes filosóficas e teorias do conhecimento que embasam as diversas visões de mundo, desenvolvimento histórico do processo educacional e estudo da Educação Física à luz das correntes filosóficas, faz parte das intenções de estudo da disciplina Fundamentos da educação. Já a disciplina Didática, trata da formação do professor, enquanto agente de ensino na educação básica e ainda questões da prática pedagógica no cotidiano escolar. Educação física escolar 2 (ensino fundamental) e 4 (ensino profissionalizante), tem propostas iguais para as diferentes fases escolares. As disciplinas discutem sobre a fundamentação teórica para a Educação Física no ensino considerando os elementos estruturantes da ação pedagógica. As disciplinas de Estágio de Ensino de Educação Física Escolar têm no programa a elaboração de projetos para atuação e intervenção no

ensino infantil, observações e prática docente no ensino infantil, reflexões sobre a ação educativa, elaboração de relatórios científicos sobre as atividades desenvolvidas. Recreação e lazer trazem como objetivos estudar lazer, educação e o trabalho na sociedade. Caracterização e conceituação de lazer e recreação. O Profissional do lazer e sua formação. Educação de jovens e adultos propõe contextualização histórica, econômica e sociocultural para que a trajetória de formação e de escolarização de jovens e adultos na EJA seja efetiva. Educação física escolar para pessoas com deficiência 1 e 2 promete em seu documento abranger tipos de deficiência, Importância da Educação Física para as pessoas com deficiência Educação Física e a inclusão social aspectos teórico-metodológicos para as práticas corporais com pessoas com deficiência. Essas informações estão presentes no quadro 4.

Quadro 4 - Descrição dos componentes curriculares, a obrigatoriedade, elemento do currículo e carga horária da Universidade B Campus.

Componente curricular	Obrigatoriedade	Local	Palavra-chave	CH
Metodologia do ensino da Educação Física I	Sim	Conteúdo Programático	Inclusão, deficiência	45h
Metodologia do ensino da Educação física II	Sim	Conteúdo Programático	Inclusão, deficiência	60h
Políticas Educacionais	Sim	Conteúdo Programático	Inclusão	60h
Estudos práticos 1	Sim	Conteúdo Programático, bibliografia Complementar	Formação, deficiência	90h
Fundamentos da educação	Sim	Conteúdo Programático	Formação	60h
Didática	Sim	Ementa, Bibliografia Complementar	Formação	60h
Educação física escolar 2	Sim	Conteúdo Programático,	Formação, deficiência	45h

		Bibliografia Complementar		
Estágio de Ensino de Educação Física Escolar 1	Sim	Bibliografia Complementar	Formação	105h
Recreação e lazer	Sim	Ementa, conteúdo programático	Formação	45h
Educação Física Escolar 4	Sim	Bibliografia Complementar	Formação	90h
Estágio de Ensino de Educação Física Escolar 2	Sim	Bibliografia básica. bibliografia complementar	Formação	90h
Estágio de Ensino de Educação Física Escolar 3	Sim	Bibliografia básica. bibliografia complementar	Formação	90h
Estágio de Ensino de Educação Física Escolar 4	Sim	Bibliografia básica, bibliografia complementar	Inclusão, formação	120h
Educação de Jovens e Adultos	Não	Bibliografia Complementar	Inclusão, formação	75h
Educação física escolar para pessoas com deficiência 1	Sim	Ementa, conteúdo programático, Bibliografia básica, bibliografia complementar	Inclusão, deficiente, deficiência	45h
Educação física escolar para pessoas com deficiência 2	Não	Ementa, conteúdo programático, bibliografia básica, bibliografia complementar	Inclusão, deficiente, deficiência	60h

Fonte: Elaboração própria.

O currículo de Educação Física da Universidade C prevê uma carga horária total de 3.015 horas, distribuídas da seguinte maneira: Carga horária obrigatória: 2.625 horas dos componentes optativos: 390 horas; Atividades Complementares: 210 horas, neste sentido, os estudantes cursam em média, 46 disciplinas no decorrer da graduação, sendo 43 disciplinas obrigatórias, e 03 optativas/obrigatórias para completar a carga horária, entre 22 optativas /eletivas, oferecidas em 08 (oito) semestres. Educação física e políticas públicas promete em seu currículo tratar de assuntos como problemas da educação brasileira, identificação e discussão das políticas públicas para a educação física e o esporte nas escolas e instituições sociais do país, programas de inclusão de pessoas com deficiência, da mulher e do indígena. A disciplina História da educação física busca a formação da área da Educação física em seus aspectos culturais e educacionais numa perspectiva histórica da educação física, antiguidade à Modernidade além do estudo da ginástica e dos esportes como na era Moderna. Os estágios supervisionados 1, 2, 3 e 4, tratam das concepções metodológicas e abordagens de ensino da Educação Física nas diversas fases da educação escolar, além da organização do trabalho escolar, planejamento e avaliação de atividades pedagógicas da Educação física em ambiente escolar por meio de observação, coparticipação e efetivo ministrar aulas sob a orientação do professor responsável. Tratar do estudo da Legislação Brasileira de Ensino, suas constituições, leis, resoluções e pareceres, princípios e normas legais, é o que a disciplina Legislação da educação física e do esporte. Educação física e PPP traz em sua ementa os princípios norteadores para o Projeto Político-pedagógico e formação de professores e o engajamento na ação docente. A disciplina Educação Física Inclusiva propõe alguns estudos para uma reflexão crítica sobre o Sistema educacional Brasileiro, políticas de atendimento aos alunos das Instituições de ensino regular e especial. Análise das diretrizes sobre Educação Inclusiva, com ênfase na Deficiência física e mental. Essas informações podem ser vistas no quadro 5.

Quadro 5 - Descrição dos componentes curriculares, a obrigatoriedade, elemento do currículo e carga horária da Universidade C.

Componente curricular	Obrigatoriedade	Local	Palavra-chave	CH
-----------------------	-----------------	-------	---------------	----

Educação física e políticas públicas	Sim	Ementa, bibliografia complementar	Inclusão, deficiência	45h
História da educação física	Sim	Ementa	Formação	60h
Estágio supervisionado I	Sim	Bibliografia básica	Formação	90h
Estágio supervisionado II	Sim	Bibliografia básica, bibliografia complementar	Formação	105h
Estágio supervisionado III	Sim	Bibliografia básica, bibliografia complementar	Formação	105h
Estágio supervisionado IV	Sim	Bibliografia básica, bibliografia complementar	Formação	135h
Legislação da educação física e do esporte	Não	Bibliografia básica	Formação	60h
Educação física e PPP	Não	Ementa	Formação	60h
Educação física inclusiva	Sim	Ementa	Deficiência	45h

Fonte: O autor (2023).

Já a Universidade D, organiza a carga horária da seguinte forma: Carga horária obrigatória: 3.210 horas; Dos componentes optativos: em seu PPC consta que está a definir; Atividades Complementares: 210 horas, com isso, temos que o estudante cursa em média, um total de 39 disciplinas no decorrer da graduação, sem contabilizar com os componentes curriculares optativos, pois os mesmos encontram-se a definir. Totalizando 3.420 horas, (oito) semestres para conclusão do respectivo curso. A disciplina Libras aborda assuntos que façam os alunos

compreendam o conceito de inclusão e suas aplicabilidades com alunos surdos, discutir sobre o processo histórico da educação de surdos e as metodologias utilizadas. O componente curricular Jogo 1 e 2 busca reconhecer o jogo em suas especificidades como elemento da cultura presente na educação básica e em projetos e processos educacionais, utilizando jogos para crianças e jovens com deficiência em situação de inclusão. Educação física e currículo busca estudar as teorias, princípios e organizações curriculares, seus nexos e relações com os processos e intervenções educativas no campo da Educação Física. Psicologia da educação busca compreender fundamentos da saúde mental, as relações interpessoais na inclusão escolar e os limites do sujeito no desenvolvimento e aprendizagem. Educação física na educação infantil e no ensino fundamental 1 e Fundamentos da educação física no ensino fundamental 2 e ensino médio são disciplinas que são voltadas para a análise das práticas pedagógicas, acerca da intervenção no ensino do componente curricular Educação Física em escolas no segmento do ensino fundamental e no ensino médio. Atividades físicas e esportivas de aventura traz no seu conteúdo programático o ensino das atividades de aventura para diferentes faixas etárias, gêneros, etnias e pessoas com deficiência. Fundamentos acadêmicos profissionais propõe em sua ementa a formação continuada em Educação Física e os campos de intervenção profissional, além do papel das organizações profissionais, sindicais e científicas da área de Educação. As disciplinas de Esporte 1, 2 e 3 possuem em sua ementa, conteúdos relacionados a Explicar as teorias, princípios e características do fenômeno esportivo, além de também explicar os conceitos de técnica, tática e estratégia nos esportes. Essas disciplinas também sugerem planejar e promover a prática esportiva para diferentes faixas etárias, gênero, etnia e pessoas com deficiência. História da educação física tem como proposta capacitar os alunos para que ele seja capaz de refletir sobre sua formação como futuro educador e sobre seu papel no processo de trabalho docente. Políticas educacionais no Brasil é uma disciplina que traz no seu conteúdo programático as relações entre Educação, Estado e Sociedade, Política pública e Política educacional, e tem o cuidado em tratar dos profissionais da Educação: Formação, Trabalho e Carreira. Educação física e currículo propõe ao aluno caracterizar as diferentes teorias de currículo explicando suas relações com os processos educativos, identificar os princípios curriculares de seleção, organização e

sistematização dos saberes escolares e analisar propostas curriculares para Educação Física escolar, discutindo as (re)construções da prática pedagógica a partir dessas propostas. Essa disciplina é a única que traz em sua referência, a palavra “formação” associada diretamente a formação dos professores para ensinar pessoas com deficiência. Gestão e Organização da Educação e Educação Física Escolar compreender as teorias da administração e gestão escolar na direção do processo de tomada de decisão orientado à formação de professores em Educação Física, também compreender a estrutura e funcionamento do Sistema Educacional Brasileiro, a partir da sua organização e modelos de gestão. Treinamento esportivo tem em suas habilidades fazer com que o aluno e futuro profissional reconheça a necessidade de atualização constante com a tecnologia e com o conhecimento produzido nesta área; e a formação continuada. Essas informações podem ser observadas no quadro 6.

Quadro 6. Descrição dos componentes curriculares, a obrigatoriedade, elemento do currículo e carga horária da Universidade D.

Componente curricular	Obrigatoriedade	Local	Palavra-chave	CH
Libras	Sim	Bibliografia, Habilidades, Competências	Inclusão Formação	60h
Jogo 1	Sim	Bibliografia Básica	Inclusão, deficiência	60h
Educação física e currículo	Sim	Bibliografia Básica	Inclusão, formação	60h
Jogo 2	Sim	Bibliografia Básica	Inclusão, deficiência	60h
Psicologia da educação	Sim	Habilidades, Bibliografia	Inclusão Formação	75h
Educação física na educação infantil e no ensino fundamental 1	Sim	Bibliografia Complementar, Conteúdo programático, Habilidades	Inclusão Formação	120h
Fundamentos da	Sim	Bibliografia	Inclusão	120h

educação física no ensino fundamental 2 e ensino médio		Complementar, Bibliografia Básica	Formação	
Atividades físicas e esportivas de aventura	Sim	Conteúdo programático, Bibliografia Básica	Inclusão, deficiência Formação	60h
Fundamentos acadêmicos profissionais	Sim	Ementa, Conteúdo programático	Formação	30h
Esporte 1	Sim	Conteúdo programático, bibliografia básica, habilidades	Formação, deficiência	60h
História da educação física	Sim	Competências	Formação	45h
Políticas educacionais no Brasil	Sim	Conteúdo programático, Bibliografia	Formação	60h
Esporte 2	Sim	Habilidade	Deficiência	120h
Organização e Gerenciamento da Educação e Educação Física Escolar	Sim	Habilidades	Formação	45h
Treinamento esportivo	Sim	Habilidades	Formação	60h
Luta 2	Sim	Habilidades, Conteúdo programático	Deficiência	60h
Esporte 3	Sim	Habilidades, conteúdo programático, bibliografia básica	Formação, deficiência	135h

Fonte: O autor (2023).

Baseado nessa análise pode-se perceber que diversos componentes curriculares se repetem entre os cursos das faculdades, por vezes as ementas e

conteúdos, se referenciam em autores clássicos e contemporâneos para dar embasamento no PPC. Comumente os Projetos se apoiam em elementos como ementa, bibliografia básica e a complementar, como é o caso das Universidades A, B sede e campus e C. Outras faculdades, porém, usam outros elementos para definir as disciplinas, como podemos notar que a Universidade C e a D, usam um esquema de “habilidades” e “conteúdos programáticos”. Partindo para a discussão das disciplinas e suas competências, a disciplina Língua brasileira de sinais faz parte do currículo da quatro universidades, todas elas trazem como parte da ementa, a temática mais restrita a deficiência auditiva, utilizando a palavra surdez para definir a deficiência e surdo para evocar as pessoas, o acometimento, a disciplina também tende a incentivar a utilização da libras como língua primária dentro de sala de aula para estimular a aprendizagem, segundo DE LACERDA(2004), dentro de sala de aula diversas técnicas são utilizadas para conduzir o aluno a aprender e a interagir com o outro como sujeito que se comunica por meio de uma língua diferente de sua língua materna. As disciplinas relacionadas com as práticas esportivas para PcD, são trabalhadas no contexto escolar, social e até mesmo em práticas ao ar livre, os alunos veem durante as aulas diversas metodologias para a inclusão das pessoas desse grupo. Além disso, também é visto a prática e experiência de esportes paralímpicos, como parte de inserção das pessoas sem deficiência, no mundo daqueles que possuem. Pode-se notar que o trato ao conhecimento em relação às disciplinas de aspecto mais teórico e pedagógicas, como didática da faculdade B campus e as disciplinas de educação física escolar, das universidades B campus e a D, tratam a inclusão como uma parte do conhecimento agregado para os alunos. Também fica claro a atenção das IES em tratar as deficiências e a inclusão, na perspectiva da legislação brasileira, componentes como Políticas educacionais - organização e funcionamento da escola básica, da universidade B sede, políticas educacionais da instituição B campus, educação física e políticas públicas, e educação física e PPP da universidade C e até mesmo a universidade D, com a disciplina políticas educacionais no Brasil, todas elas exponham o início dos direitos da pessoa com deficiência até os dias atuais. Visto tudo o que foi dito anteriormente, pode se dizer que por várias vezes o conteúdo relacionado a inclusão e deficiência, é trazido para a sala apenas com a bibliografia, sem mencionar tais assuntos nos

conteúdos programáticos ou nas ementas do currículo, o que causa uma carência do ponto de vista da aprendizagem do discente enquanto futuro professor.

7 CONCLUSÃO

Concluimos que em relação ao objetivo principal deste trabalho, a seleção dos PPCs dos cursos de licenciatura em educação física no estado de Pernambuco, foi alcançado com sucesso, dando a possibilidade para a análise das informações contidas nos documentos, acerca do ensino das práticas educacionais da educação física, relacionadas às pessoas com deficiência, o que leva ao primeiro ponto dos objetivos específicos, que seria a verificação dos Projeto Pedagógico Curricular dos cursos de Educação Física do estado de Pernambuco por meio de uma busca pública, que foi um critério fundamental para a impessoalidade do trabalho.

Após a análise dos PPCs, em busca de todos os componentes curriculares na Universidades selecionadas, concluimos que na grande maioria das vezes, as palavra-chave “formação” estava presente apenas na sua bibliografia, mostrando o uso de autores que abordam o tema para o desenvolvimento da disciplina, porém com pouca inclusão no conteúdo programático. O trato do tema educação física para pessoas com deficiência deveria ocorrer de forma contínua e homogênea, tratar o assunto deficiências, deveria estar diluído durante os conteúdos que já são ensinados de forma tradicional, adicionar no conteúdo, o trato para a pessoas com deficiência, assim o conteúdo estaria presente durante todas os componentes curriculares na graduação. Como parte final deste trabalho, aqui estão sugestões para possíveis alterações ou temas para futuros trabalhos, como: a possibilidade de uma análise dos PPCs como um todo, incluindo nos objetivos os elementos que antecedem as descrições das disciplinas. Outra sugestão seria a possibilidade de um trabalho que fizesse uma alteração nos documentos das universidades, incluindo a todas as disciplinas, o assunto da inclusão da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

AMARO, D. G. **Educação Inclusiva, Aprendizagem e Cotidiano**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ANDRADE, A. C.; ALMEIDA, M. A. B. de. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas e de lazer para as pessoas com deficiência no Brasil. **Conexões**, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 42–60, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637646>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da pessoa com deficiência. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/snpd/convencaopessoascomdeficienciapdf.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018**. Revoga a Resolução 07/2004 e dá nova organização a Graduação em Educação Física. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 set. 2023.

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, Política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas?** IN: Revista Brasileira de Educação Especial, v.5, pp. 7-25, 1999.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

LACERDA, C. B. F.; CAPORALI, S. A.; LODI, A. C. Questões preliminares sobre o ensino de língua de sinais a ouvintes: reflexões sobre a prática. **Distúrbios da comunicação**, v. 16, n. 1, 2004.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M.; MELO, M. S. T.; SANTIAGO, M. E. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento**, v. 16, n. 3, p. 29-47, 2010.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, p. 64-77, 2009.

FALKENBACH, A. P. et al. A formação e a prática vivenciada dos professores de Educação Física com a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum. **Biblioteca Virtual em Saúde**, São Paulo – SP, v. 16, n.92, p. 56-60, maio./jun. 2008. Disponível em: www.cbce.org.br/cd/resumos/251.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. Educação como prática corporal: Pensamento e ação na sala de aula. São Paulo: Scipione, 2010.

FREITAS, R. F. et al. Inclusão, formação docente e pesquisa-ação: algumas reflexões sobre as produções acadêmicas na área. **Anais [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44739>. Acesso em: 7 set. 2023.

GOFFREDO, V. L. F. S. Como formar professores para uma educação inclusiva? Benjamin Constant; **Formação de professores**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 20-24, ano 10, abril, 2004.

LEITE, T. Formação de Professores para a Inclusão. In: Congresso Internacional Escola Inclusiva-Educar e formar para a vida independente. CERCICA, 2016.

MADRUGA, S. **Pessoas com deficiência e direitos humanos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MACEDO, R. S. **Compreender/mediar a formação**: o fundante da educação. Brasília, DF: Liber Livro, 2010.

MADRUGA, S. Pessoas com deficiência e direitos humanos. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. 93 p.

MARTINS, J. P. O. **A formação de professores diante da educação inclusiva**: uma análise curricular dos cursos de licenciatura em educação física das Universidades Públicas de Pernambuco. 2019. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

OMOTE, S. **A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão**. Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 200. p. 153-169

PROJETO ESCOLA VIVA. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000 I 96p.: il.

LIMA, S. M. T; DUARTE, E. A Extensão Universitária em Educação Física Adaptada como Elemento estimulador do Processo de Inclusão. In: RODRIGUES, David. Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo. 2006.